

“Moça Séria não é Estuprada”: Representações Sociais em Comentários Online

“Serious Girl not Raped”: Social Representations in Online Comments

“Niña Seria no Violada”: Representaciones Sociales en Comentarios en Línea

Tatiana dos Santos(1); Rafael Zaneripe de Souza Nunes(2); Amanda Castro(3)

1 Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), Criciúma – SC, Brasil.

E-mail: dstatiane.santos@gmail.com | ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-3722-7992>

2 Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), Criciúma – SC, Brasil.

E-mail: rafaelzaneripe.psico@gmail.com | ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-6195-0400>

3 Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), Criciúma – SC, Brasil.

E-mail: amandacastrops@gmail.com | ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-8666-4494>

Revista de Psicologia da IMED, Passo Fundo, vol. 13, n. 2, p. 59-74, julho-dezembro, 2021 - ISSN 2175-5027

[Submetido: agosto 13, 2020; Revisão1: agosto 28, 2020 Revisão2: setembro 28, 2020;

Aceito: outubro 13, 2021; Publicado: dezembro 23, 2021]

DOI: <https://doi.org/10.18256/2175-5027.2021.v13i2.4254>

Endereço correspondente / Correspondence address

Rafael Zaneripe de Souza Nunes
Av. Universitária, 1105 - Bairro Universitário, Criciúma -
SC, Brasil. CEP 88806-000

Sistema de Avaliação: *Double Blind Review*
Editor: Jean Von Hohendorff

Como citar este artigo / To cite this article: [clique aqui! / click here!](#)

Resumo

Objetivou-se analisar as representações sociais do estupro contra a mulher em comentários de uma notícia online. Foram selecionados 100 comentários online, de 5 notícias, em uma plataforma nacional de jornalismo, de uma rede de comunicação via televisão e internet. O critério de seleção das notícias foi a ocorrência do fato em 2018 e a disponibilidade da notícia para qualquer leitor online, não apenas assinantes. Os comentários selecionados foram os que apresentavam mais de duas palavras para a compreensão de um contexto de sentido. Dentre os resultados encontrados é possível destacar que a representação do estupro compartilhada online apresenta a mulher como culpada por se expor à situações consideradas de risco. A mulher é vista como aquela que procura por sexo e que apresenta consciência das consequências dessa procura. Nessa perspectiva “moça séria” não deveria buscar sexo, frequentar festas e ingerir bebidas alcoólicas. Essa representação leva a mulher a culpar-se, limitar-se em suas ações, para então evitar o estupro. Assim é possível verificar que a representação do estupro contra mulher parece ser ancorada nas representações associadas à mulher e aos estereótipos de gênero.

Palavras chaves: Mulher, Papel de Gênero, Estupro, Violência Contra a Mulher, Mídias Sociais.

Abstract

The objective was to analyze the social representations of rape against women in comments on an online news story. 100 online comments were selected, from 5 news items, on a national journalism platform, from a television and internet communication network. The criteria for selecting the news were: the occurrence of the fact in 2018 and the availability of the news to any online reader, not just subscribers. The selected comments were those with more than two words to understand a context of meaning. Among the results found, it is possible to highlight that the representation of rape shared online presents women as guilty for exposing themselves to situations considered to be at risk. The woman is seen as one who looks for sex and who is aware of the consequences of that search. In this “serious girl” perspective, she should not seek sex, attend parties and drink alcohol. This representation leads the woman to blame and limit herself in her actions, to then avoid rape. Thus, it is possible to verify that the representation of rape against women seems to be anchored in representations associated with women and gender stereotypes.

Keywords: Women, Gender Role, Rape, Violence Against Woman, Social Media.

Resumen

El objetivo fue analizar las representaciones sociales de la violación contra la mujer en los comentarios de una noticia en línea. Se seleccionaron 100 comentarios en línea, de 5 noticias, en una plataforma nacional de periodismo, de una red de comunicación de televisión e internet. Los criterios para seleccionar la noticia fueron: la ocurrencia del hecho en 2018 y la disponibilidad de la noticia para cualquier lector online, no solo suscriptores. Los comentarios seleccionados fueron aquellos con más de dos palabras para comprender un contexto de significado. Entre los resultados encontrados, es posible destacar que la representación de la violación compartida online presenta a las mujeres como culpables por exponerse a situaciones consideradas de riesgo. La mujer es vista como aquella que busca sexo y que es consciente de las consecuencias de esa búsqueda. En esta perspectiva de ‘chica seria’, no debería buscar sexo, asistir a fiestas y beber alcohol. Esta representación lleva a la mujer a culparse a sí misma, a limitarse en sus acciones, para luego evitar la violación. Así, es posible constatar que la representación de la violación contra la mujer parece estar anclada en representaciones asociadas a mujeres y estereotipos de género.

Palabras clave: Mujeres, Rol de género, Violación, Violencia Contra la Mujer, Redes sociales.

As relações de gênero estão associadas aos movimentos políticos e culturais, sendo categorias que se influenciam e se determinam. O gênero é um elemento chave nas formulações sociais e se apresenta como um operador para interpretar e analisar historicamente as relações sociais (Scott, 1995). A violência de gênero é um fenômeno social fomentado pelas justificativas do patriarcado (Saffioti, 2015). Quando a violência de gênero se apresenta através da violência sexual, esta é baseada pela ideia de que o poder sexual está no homem, e que este tem o direito de exercer esse poder sobre a mulher ou sobre outros homens, que não atendem aos estereótipos de masculinidade (Sousa, 2017).

Nessa perspectiva, o estupro é uma das formas de violência sexual praticada desde os primórdios da humanidade, sendo sua prática vista ainda hoje em diversas sociedades, como algo que amedronta a relação entre homens e mulheres (Martins & Martins, 2011). No Brasil, o estupro é tipificado como crime hediondo, mas apesar do rigor da lei, o número de ocorrência desse crime ainda são muito alto e apresentam uma baixa quantidade de notificações (Campos, 2016). Isso decorre do fato de que na sociedade brasileira, apenas uma pequena parcela da população vitimada comparece às delegacias de polícia para prestar queixa do crime (Martins & Martins, 2011). Os aspectos sociais envolvidos na denúncia, principalmente por parte da sociedade, fazem com a vítima sinta vergonha, fique mais vulnerável ao próximo abuso, e indefesa para lutar pelos seus direitos contra o abusador, principalmente para realizara denúncia (Martins & Martins, 2011; Nunes & Moraes, 2016).

Cabe ressaltar que o ato do estupro é muito mais presente do que se tem notícia, sendo praticado por homens em sua grande maioria, que percebem e representam a mulher como ser inferior, subjugando-a no ato violento do estupro. Dessa forma, por meio de ameaças e atitudes violentas, o agressor viola os direitos humanos mais básicos: de integridade física e psicológica (Sousa, 2017). Além disso, as representações de virilidade, suscitadas pelo campo das representações do estupro, evocam o imaginário social de que o homem é dotado do impulso de “*querer sem pensar em consequências*”, algo que seria “*natural*” a sua posição enquanto homem na sociedade, distinguindo radicalmente os lugares do masculino e do feminino (Machado, 2013).

A virilidade enquanto representativa na sociedade deve ser: construída, provada e fabricada, ou seja, o “homem de verdade” deve mostrar sua capacidade de decisão, ser duro, fálico, ativo, forte e viril. A reprodução dos valores atrelados ao papel de “provedor” e “chefe da casa” acabam por serem colocadas a prova com a ascensão social das mulheres no mercado de trabalho, reforçando a necessidade do homem se provar “homem” (Zanello & Gomes, 2010; Zanello, 2018). Além disso, o homem não deve ser apenas “trabalhador” e “provedor” para encaixar-se nas normativas de gênero empregadas, ele deve demonstrar ser sexualmente ativo, ou seja, seu papel produtor é ligado tanto no acúmulo de patrimônio quanto na atividade sexual (Zanello, 2018).

Os estupradores agem assim apoiados em discursos machistas transmitidos a eles, e por eles, das mais variadas formas. Estes discursos trazem a ideia de que o poder

sexual está no homem, e que este tem o direito de exercê-lo sobre a mulher ou sobre outros homens, como quiser e sempre que julgar necessário (Sousa, 2017). Dessa forma, devemos pensar nos mecanismos de construção do pensamento e das representações sociais, que segundo Cabecinhas (2004) são elaborações mentais construídos na dinâmica social entre a atividade psíquica do sujeito e o objeto de conhecimento, que acabam por se generalizar na história e na linguagem.

As representações sociais são consideradas como formas de construção sociais da realidade, que também expressam o papel do feminino e masculino, moldando-os e sujeitando-os a práticas normativas que hoje se encontram disseminadas no Ocidente (Swain, 2001). Neste sentido, a elaboração de representações sociais tem como principal função, segundo Moscovici (1981), tornar o não-familiar em algo familiar, em uma tentativa de aproximação do desconhecido.

Os processos que estruturam ou geram uma representação social como um objeto compartilhado por um determinado grupo são: a ancoragem e a objetificação. A ancoragem é um processo que possibilita que algo desconhecido seja incorporado ao sistema cognitivo dos indivíduos e associado a algo que eles já conhecem, em que, ocorre a comparação com uma categoria anteriormente conhecida. A objetificação, por sua vez, ocorre com a passagem do tempo, em que as ideias que antes eram estranhas ou inconcebíveis socialmente tornam-se aceitáveis, costumeiras, a partir das imagens e metáforas que os grupos elaboram sobre a realidade (Vala, 2013).

Silva (2013), por exemplo, expressa que as representações sociais do estupro são ancoradas na representação da mulher, a partir da descrença na versão da vítima, da naturalização de comportamentos dos homens agressores e pela relativização do ato. A submissão da mulher mediante a representação de potência sexual socialmente difundida sobre o homem, reforça a crença de superioridade do masculino (Santos & Alves, 2015). Além disso, as representações sociais sobre a violência sexual contra a mulher nas publicações na área da saúde organizam-se em torno do elemento do atendimento. Esse aspecto por sua vez, expressa um enfoque restrito à assistência médica e jurídica, dando pouco espaço para a discussão do sofrimento psicológico das representações sobre masculinidade (Scarpatti, Rosa, & Guerra, 2017). A violência de gênero, especificamente contra mulheres, brota em um cenário complexo, cercada de diversos fenômenos, não sendo possível homogeneizar as diferentes facetas desse fenômeno social. A sociedade patriarcal não atua sozinha, ela é constituída por um caldo cultural em constante transformação que abre espaço para a violência contra mulher e sua propagação (Saffiot, 2001).

Em virtude dos fatores culturais envolvidos, a violência sexual contra a mulher é marcada por uma profunda negligência relativa às representações que o estupro e a figura feminina se manifestam na sociedade. Dessa forma, o presente estudo tem por objetivo analisar as manifestações do constructo social de tais representações em

comentários expressos em notícias sobre estupro feito por usuários de uma plataforma online de notícias nacional.

Método

Caracterização da pesquisa

Este estudo é de natureza qualitativa, configurando-se como descritivo e exploratório. A abordagem qualitativa permite que sejam explorados os processos sociais, com vistas ao empirismo científico e a sistematização de dados (Minayo, 2008). Relativo aos aspectos descritivos e exploratórios entende-se, respectivamente, que essas características têm como intuito pesquisar as particularidades de grupos e/ou fenômenos, além de desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideais e formular problemas mais precisos ou hipóteses para estudos posteriores (Gil, 2008). Trata-se de um estudo documental, por ter como material de análise comentários em notícias online.

Amostra

Fizeram parte da amostra 100 comentários, oriundos de 5 notícias, sobre estupro de mulheres no ano de 2018. A plataforma foi selecionada justamente pelo grande número de interação do público nos comentários, e as 5 notícias selecionadas foram as que tiveram maior repercussão na interação online, justamente pela gravidade e divulgação dos casos. Optou-se por esta plataforma em detrimento de outras precisamente pela maior presença de leitores (assinantes e não-assinantes) com acesso as notícias, e conseqüentemente maior número de interações. Os comentários selecionados foram aqueles que apresentavam mais de duas palavras para a compreensão de um contexto de sentido. Dessa forma, ao utilizar esse critério foram selecionados majoritariamente (76) comentários que culpabilizavam a vítima.

Procedimento de coletas de dados

Pesquisou-se em uma plataforma online nacional de notícias, de uma rede de comunicação em massa, notícias referentes ao estupro de mulheres durante o ano de 2018. Foram utilizadas as palavras “*estupro*” e “*mulher*” como descritores na busca do site de notícias. Ao todo, foram selecionados 5 matérias que se encaixavam no critério de seleção, que era: a disponibilidade de acesso a notícia e a emissão de comentários a qualquer leitor, não apenas assinantes. Tais notícias eram sobre casos diferentes, mas todas diziam respeito ao estupro de mulheres. Das 5 notícias, como explicado anteriormente, 100 comentários foram selecionados, sendo as variáveis presentes o sexo autodeclarado pelo internauta: homem, mulher e sem definição. Os

comentários selecionados foram aqueles que apresentavam mais de duas palavras, para a compreensão de um contexto de sentido.

Instrumento

Após coletados os comentários, esses foram colados em um editor de texto, cada comentário com uma linha de comando separando as variáveis de caracterização, quais sejam: perfis de homens, perfis de mulheres, perfis não identificados; além da polaridade do comentário: negativo, positivo ou neutro.

Procedimento de análise de dados

Conforme destacado nos instrumentos, os comentários foram agrupados e divididos de acordo com as variáveis de gênero e posicionamento. O corpus foi submetido a uma Classificação Hierárquica Descendente (CHD) simples, com o auxílio do programa informático IRAMUTEQ versão 0.6 (Camargo & Justo, 2013). Esta classificação fornece os contextos textuais que se caracterizam pelo vocabulário, e também segmentos de texto que se interpõe. O corpus de análise foi formado por textos, que corresponderam as respostas dos participantes. Inicialmente o software reconhece os textos, e na análise standard o programa os secciona em segmentos de texto, que constituem o ambiente de enunciação da palavra, dando origem à unidade sobre a qual são feitos os cálculos estatísticos. As palavras são separadas em classes conforme semelhança de vocabulário (Camargo & Justo, 2013).

Os comentários online não apresentavam possibilidade de identificação direta dos sujeitos, apresentando apenas um nome masculino ou feminino. Desse modo, a identidade dos emissores foi preservada e por ser uma informação de cunho público, torna-se passível de pesquisa documental.

Resultados

O programa IRAMUTEQ reconheceu a separação do corpus em 100 textos ou comentários. A CHD reteve 68 textos, estes foram selecionados por apresentarem frequência média de 3,83 por palavra e qui-quadrado mínimo de 3,84. O software dividiu o corpus em quatro classes, conforme indica a figura a seguir:

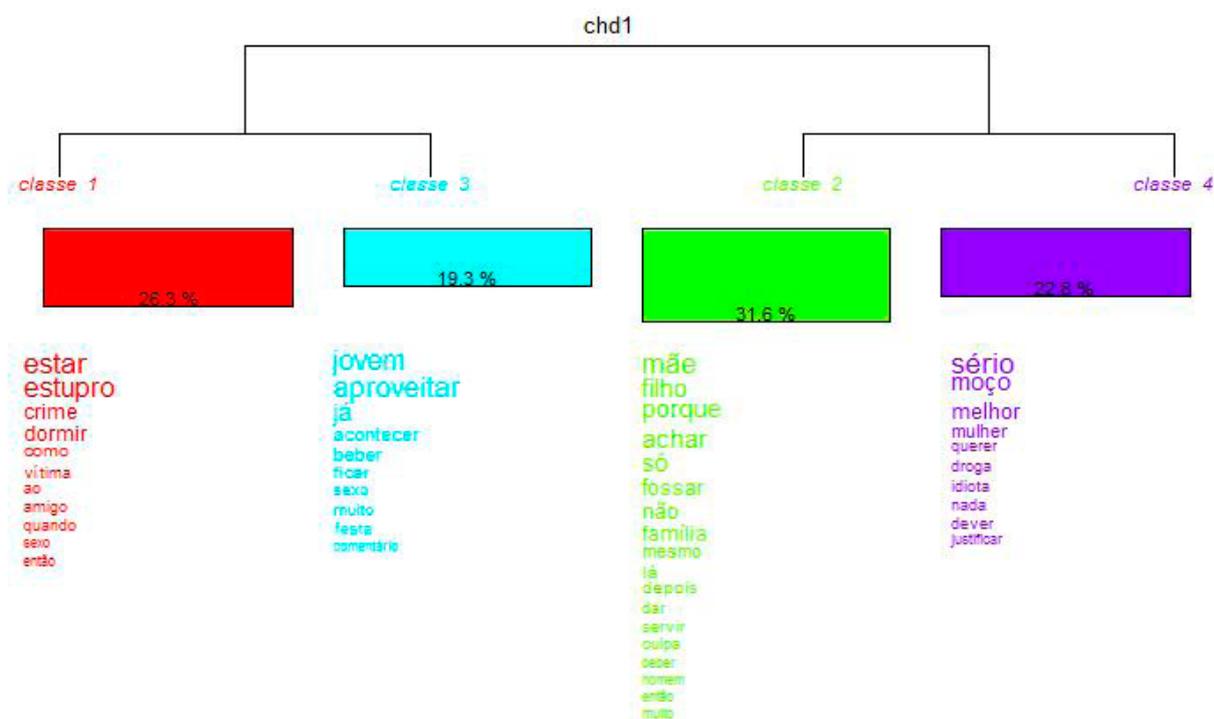


Figura 1. Dendrograma de classes sobre as as representações sociais do estupro em comentários online.

Num primeiro momento (1ª partição) o corpus foi separado em dois sub-corpus: de um lado um conjunto formado pelas futuras classes 4 (Moça Séria) e 2 (E se fosse tua filha?); e do outro pelas classes 3 (Jovem Bêbada) e 1 (É estupro?). Uma 2ª partição separou as classes 2 e 4; e uma 3ª partição separou as classes 1 e 3. Além disso, optou-se por iniciar a apresentação dos resultados e posterior análise pelo sub corpus onde está contido a representação de “Moça Séria”, entendendo a potencialidade dessa classe para abrir uma discussão mais aprofundada com as demais classes abordadas no estudo.

A separação das classes é feita pelo programa, considerando semelhanças de vocabulário, enquanto o nome das classes é dado pelos pesquisadores após resgatar o contexto de sentido das palavras agrupadas em cada classe. A seguir as classes serão descritas conforme apresentação na figura da direita para a esquerda.

A classe Moça séria, relatada principalmente por pessoas sem identificação, com 22,81% dos comentários (Classe 4), traz a questão do comportamento de seriedade em dois pontos de vista. De um lado a perspectiva de que a mulher estuprada não era “moça séria” por fazer uso de álcool, drogas e ir a festas, considerando-a culpada pelo estupro em decorrência de suas escolhas. Os comentários dessa classe também evidenciaram a concepção de que “moças sérias” precisam se cuidar, não fazendo tudo que querem: “Não, moça séria não faz o que quiser e se fizer vai ter o rabo usado e não vai dar em nada”.

Por outro lado, nessa mesma classe, o adjetivo “séria” é usado em outro contexto, para dizer que a “moça séria” pode fazer o que quiser. Entretanto, apenas dois

comentários defenderam a mulher estuprada, sendo um deles: *“Moça séria faz o que quiser, homens idiotas é que não deveriam fazer o que fazem”*.

A classe 2, denominada “E se fosse tua filha?” apresenta 31,06% do total de comentários. Seus elementos estão relacionados às respostas de alguns internautas aos comentários machistas na notícia, ou seja, comentários que buscavam justificar ou amenizar a violência sofrida pela vítima, redirecionando a culpa do agressor para a mulher. Nesse sentido essa classe tem em seu núcleo que apresenta duplo sentido: a tentativa de gerar o senso de empatia respondendo aos comentários que culpabilizam a vítima. Os trechos abaixo ilustram a classe:

“A menina não quis representar, então não teve crime, o (nome do portal de notícias) pode tirar a reportagem, não teve estupro... Só eles tavam lá pra saber o que realmente aconteceu, serve de alerta pros pais que largam os filhos beber, acham bonito, e depois falam que foi estupro. Tem muito filho que se faz de santinho.”

“Fico espantada com tantos homens machista. Tenho nojo de gente assim. Nenhum de vocês tem mãe e não tem filhas. Queria ver se fosse a filhas de vocês. Um dos caras é primo dela, vocês acham isso normal.”

A classe “Jovem Bêbada” (Classe 3), representa 19,3% do total de comentários. Esta classe, presente principalmente nos comentários de homens, culpabilizam as jovens por não quererem saber das consequências e viverem no prazer da bebida, ficando a mercê do estupro. Nessa perspectiva, o estupro é visto como algo justificável e consequência do estado de embriaguez da vítima, onde está, segundo os homens, sabia da possibilidade de fazer sexo sem consentimento. As reportagens são consideradas exemplos, para que jovens não bebam, ou se beberem, que fiquem cientes de que podem ser estuprados. A palavra “*aproveitar*” surge para objetificar a mulher, como instrumento a ser usado quando se puder aproveitar a ocasião. Esta classe também abrange comentários que fazem referência a culpabilização do álcool pela mulher, criando alusões a uma postura vitimizadora por algo que esta queria fazer. Pode-se constatar essa visão pelos comentários a seguir:

“Já aconteceu, condene este indivíduo e que fique como exemplo para as jovens frequentadoras desta festa.”

“Essas jovens ficam bêbadas e depois com ou sem consentimento, aproveitando o momento, os caras fazem sexo com elas. Mas me desculpem, isso volta e meia acontece, é noticiado, há muitos comentários, as jovens sabem conscientemente das consequências ao beber exageradamente nessas festas, depois se passam por vítimas, quando não acontece o pior.”

A Classe 1, denominada “É estupro?”, representa 26,3% de comentários retidos na análise. Essa classe mostra dois aspectos: o primeiro é que qualquer ato que vai contra a vontade da mulher, em relação ao sexo, pode ser considerado estupro, pois não há consentimento mútuo, aqui encontram 5 comentários em defesa da vítima; o segundo aspecto, encontrado principalmente em comentários de homens, buscam uma justificativa para invalidar a acusação de estupro, afirmando que a mulher deve se arrependido do ato e por isso acusou a bebida, a droga e/ou o agressor. Os segmentos de texto abaixo demonstram essa classe:

“Procedimento errado. Fazer sexo com uma pessoa alcoolizada é considerado crime de estupro de vulnerável, independentemente de consentimento. Desta forma, os acusados, maiores de idade, deveriam está presos e o menor apreendido.”

‘Será que não é a mesma historia de sempre? As fotos ou vídeos vazam na internet e a saída é alegar estupro. Assim não precisa dar detalhes das péssimas escolhas que fez quando estava na festa. Se ela estava dormindo, sob efeito de álcool e não se lembra de nada, como ela identificou os dois supostos agressores?’

Desse modo, as representações sociais do estupro parecem responsabilizar a mulher por se expor à situações consideradas de risco (uso de álcool, roupas curtas, idas à festas). Nessa perspectiva ‘moça séria’ não deveria buscar sexo, frequentar festas e ingerir bebidas alcoólicas. Essa representação pode levar a mulher a limitar-se em suas ações, para não sair da condição de “moça séria” e assim evitar o estupro.

Discussão

A moça séria é vista, como podemos ver na classe 4, como aquela que não pode fazer o que quer, que deve se preservar, evitar festas, bebidas para não ser confundida com moças “*libertinas*” e assim ficar suscetível ao estupro. Conforme Cantini e Oliveira (2018, p. 109) “ainda é comum à divulgação dessa ideia, mesmo com a redemocratização do país, porque revela uma tentativa de deslegitimar as lutas pelos direitos, culpabilizando as vítimas”.

Nesse sentido, a representação social do estupro contra a mulher parece se ancorar na perspectiva de gênero, das atribuições ao feminino e ao papel social da mulher. Sendo essa representação objetificada na imagem da bebida e de roupas curtas. A ancoragem é um processo que possibilita que algo desconhecido seja incorporado ao sistema cognitivo dos indivíduos e associado a algo que eles já conhecem, em que ocorre a comparação com uma categoria anteriormente conhecida. A objetificação, por sua vez, ocorre com a passagem do tempo, em que as ideias que antes eram estranhas

ou inconcebíveis socialmente tornam-se aceitáveis, costumeiras, a partir das imagens e metáforas que os grupos elaboram sobre a realidade (Vala, 2013).

Também nessa classe há poucos relatos que defendem que moça séria tem o direito de ir e vir. Das duas formas a expressão “moça séria” é usada para caracterizar a mulher de bem. Segundo o dicionário Aurélio (Holanda, 2010), sério significa sisudo, grave, positivo, metódico, sincero, que não ri. Na pesquisa de Martins e Rodrigues (2016) algo parecido é discutido, onde os autores enfatizam que muitos homens justificam o assédio em razão do sorriso feminino, que é compreendido como um convite ao sexo. Logo, o fechamento emocional, a não-expressão, é compreendida como algo intrínseco a ‘virtude moral’ feminina de recatar-se, sendo a liberdade emocional vista como brecha a investidas sexuais, no caso, o sorriso.

Dessa forma, a visão da mulher correta, com hábitos e roupas corretas de acordo com Cerqueira Lana, Côrrea e Rosa (2012) também é apresentada por programas de moda, que apontam o corpo feminino como algo a ser regulado, controlado, em que haveria uma medida certa para esconder ou mostrar o corpo. Um corpo regido por padrões, regulados por homens. Entretanto, 3 mulheres também utilizaram do discurso justificador do estupro, de acordo com os comentários coletados online. Conforme Scarpati, Rosa e Guerra (2017) mulheres que se percebem como portadoras de valores e comportamentos adequados socialmente tendem a apoiar discursos de responsabilização da vítima.

Na classe 2 a empatia é trazida como algo desejável. Os comentários retratam a necessidade de se colocar no lugar da mãe ou pai da vítima. Dessa forma, as pessoas empatizam mais quando a vítima é alguém conhecido, do que quando o alvo é alguém desconhecido ou alguém com quem não se identificam (Cantine & Oliveira, 2018). Assim, as mulheres se identificam mais com as vítimas do que os homens, por possivelmente vivenciarem mais situações de assédio e violação de direitos (Data Folha, 2017). O assédio sexual cerceia, julga e restringe a sexualidade feminina e sua expressão (Santos, 2016). Desse modo, é natural que as mulheres apresentem maior empatia à situação da vítima de estupro e não justifiquem a violência pelo uso de álcool ou vestimentas específicas.

Por outro lado, na classe 3 o álcool é igualmente trazido como justificativa para responsabilizar o jovem pelo estupro, instituindo que se o jovem bebeu, deixa de ser vítima, pois as consequências negativas seriam inerentes ao uso, e o homem nesse contexto poderia “aproveitar-se”. Nesse sentido, as revistas masculinas apresentam o álcool como um artifício, na condição de que mulheres, sob o efeito dessa substância apresentam uma oportunidade de serem aproveitadas. Isso demonstra que a exposição aos roteiros sexuais presentes nas revistas masculinas podem reforçar as crenças de que a coerção sexual é normativa e aceitável (Hust et al., 2016).

As violências contra as mulheres, dentre as quais o estupro, organizam a lógica punitiva prisional ao redor do mundo e sustentam práticas vexatórias, torturas íntimas,

estupros coletivos (Davis, 2016). Esse poder se presentifica nos discursos que fomentam as denominadas 'situações de risco', nas quais a mulher é culpada por não seguir as regras incluídas na sua socialização desde o momento do nascimento: que roupas deve vestir, como se comportar na rua, quando e como beber, quais os horários pode sair, regras que servem para a culpabilização da mulher sobre os atos de outros contra a sua integridade sexual. Essas normas geram duas categorias sociais "a mulher para casar", que se adequam à normas e a 'mulher desviada', que é responsável pela violação do próprio corpo (Sousa, 2017).

O uso de álcool e drogas está associado à coerção sexual por meio da incapacitação da vítima, forçando-a praticar o ato sexual (Griffin & Read, 2012). Isso corrobora com os achados de Massaro et al. (2019) que reitera a conexão entre o consumo de álcool e a violência sexual como fator de risco que pode expor a vítima a violência. As mulheres estupradas seriam na classe 3, tidas como exemplos do que aconteceria a uma mulher que se expõe à bebida. Portanto, nesses comentários está implícita a ideia de que se não se deseja o estupro, não se deve beber. As consequências e perpetuações da violência sexual parecem estar ancoradas principalmente na ideia da dominação e violência contra grupos minoritários, onde o conceito do 'trauma de traição cultural' se manifesta e diz respeito à punição daqueles que não se ajustam à conformidade social, ao papel instituído socialmente. E ainda, tornam-se alvo de violências e punição para a manutenção da hierarquia social, que mantêm a supremacia do homem branco e europeu (Gómez & Freyd, 2017).

Salientam-se também os impactos do estupro, que podem desencadear sintomas de Transtorno do Estresse Pós-Traumático (TEPT), até mesmo em atividades sexuais consentidas, perpetuando distorções cognitivas sobre sexo juntamente com alto grau de ansiedade (Snipes et al., 2015). Nesse sentido, encontra-se também a presença de sintomas depressivos, uso abusivo de drogas, ansiedade, distúrbio do sono, problemas sexuais e tentativas de suicídio, cuja manifestação está atrelada a forma como a vítima reconhece e elabora a experiência traumática (Wilson, Newins, & White, 2017; Gómez & Freyd, 2017; Ribeiro, 2018).

A classe 1 tenta fazer o julgamento do caso, abrangendo argumentos que reconhecem o estupro e outros que o desconsideram. De um lado há pessoas que afirmam que a mulher se fez de vítima depois de se arrepender. Conforme Peixoto e Nobre (2015) é comum buscar uma justificativa ao estupro, via causalidade interna, ou seja, da própria mulher, de tal modo que internalizando esse pensamento social e acredita-se responsável na violência. Outros estudos apontam a presença de comentários online em casos de estupro que relativizam a atitude dos agressores e desqualificam não somente a vítima, mas sua família e posição política (Maradei & Santos, 2017; Oliveira, Lima, & Gomes, 2018). Há, portanto, uma tendência de responsabilizar a mulher pelo estupro sofrido. As representações sobre o

comportamento feminino ou sobre como as mulheres devem ser, o que se espera de uma mulher respeitável, buscam a descaracterização do crime de estupro e a consequente desresponsabilização do agressor (Campos *et al.*, 2017).

Nesse sentido, os comentários ofensivos e violentos realizados em plataformas online como o Facebook indicam a marca de um posicionamento e pertencimento do grupo que o usuário se identifica, fazendo parte do jogo argumentativo e discursivo (Cabral, 2019). Sendo assim, é explícito que as corporações midiáticas e as redes sociais não avançaram no combate aos estigmas de gênero, onde a luta contra “cultura do estupro” parece conviver simultaneamente com a “farsa do estupro”, onde essas ideias e discursos permanecem presentes num *continuum* on/off line (Beleli, 2016).

Outro ponto a ser ressaltado no presente estudo, é a presença de comentários, vindo principalmente de outras mulheres, que trazem o estupro como crime, independente do ambiente ou das condições da vítima, tendo em vista que não houve consenso para o ato sexual. Esse apoio via ferramentas online é importante, pois na era digital, o modelo de comunicação da internet apresenta as relações de pertencimento a partir da interatividade, em que o receptor pode tornar-se emissor e vice-versa. Assim, a internet viabiliza a formação de novas pertencidas e a legitimação de discursos sociais. Torna-se uma ferramenta de compartilhamento de representações sociais e por isso deve ser considerada como instrumento em estudos e intervenções (Castro *et al.*, 2014). Assim, por meio da internet é possível fomentar novas representações, que destituam a cultura do estupro.

Considerações Finais

Os meios de comunicação online são ferramentas privilegiadas para expressar, compartilhar e elaborar qualquer tipo de indagação e representação. No caso do estupro contra a mulher a representação majoritariamente compartilhada apresenta a vítima como culpada, responsável indiretamente por se expor a situações consideradas de risco. A ‘moça séria’ é representada como um ser que não deve frequentar festas e ingerir bebidas alcoólicas, caso contrário estará exposta de maneira consciente a ser vítima de homens que se aproveitarão de sua situação.

Portanto, esse poder sexual, atribuído aos homens, como forma de subjugação e punição das mulheres, parece estar ancorado na representação de mulher sob duas perspectivas: “a moça séria” e a “moça desviada”. A “moça desviada” seria aquela que não se adequa ao estereótipo associado ao feminino, que não inclui a concretização dessa representação: bebidas, festas e roupas curtas. Nesse contexto, os estupradores são aqueles que punem a “moça desviada”, que perde o direito de negar atividades sexuais por expor o corpo.

Este trabalho apresenta limitações com relação ao conteúdo analisado, além do uso de uma única fonte de dados que se limita a uma compreensão da lógica presente

em comentários online sob aquela fonte de divulgação, sendo necessário estudos mais amplos, com uso de entrevistas, em outras fontes, para que se entenda cada vez mais os mecanismos e a realidade subjetiva em indivíduos que culpabilizam as vítimas de estupro. Tendo em vista que a ideia da mulher enquanto sexo frágil reverbera ao redor do mundo, pode-se apontar a educação como propulsora na mudança social. Nesse cenário, as instituições de ensino, como escolas, apresentam-se como ambientes férteis para a construção de uma sociedade balizada pelo respeito, empatia e das relações simétricas entre homens e mulheres.

O Trabalho e a reeducação devem também repercutir no lar, tendo o governo como órgão principal no incentivo e promoção de oficinas nas escolas, abrindo espaço para a compreensão de que a cultura do estupro nasce no seio da cristalização dos papéis atribuídos aos gêneros. É preciso mudar, moça séria, moça feliz, moça triste, nenhuma moça merece ser estuprada.

Referências

- Beleli, I. (2016). Novos cenários: Entre o “estupro coletivo” e a “farsa do estupro” na sociedade em rede. *Cadernos Pagu*, (47), 1-20. doi: <https://doi.org/10.1590/18094449201600470010>
- Cabecinhas, R (2004). Representações sociais, relações intergrupais e cognição social. *Paidéia (Ribeirão Preto)*, 14(28), 125-137. doi: <https://doi.org/10.1590/S0103-863X2004000200003>
- Cabral, A. L. T. (2019). Violência verbal e argumentação nas redes sociais: Comentários no Facebook. *Calidoscópico*, 17(3), 416-432. doi: <https://doi.org/10.4013/cld.2019.173.01>
- Camargo, B. V., & Justo, A. M. (2013). IRAMUTEQ: Um software gratuito para análise de dados textuais. *Temas em psicologia*, 21(2), 513-518. doi: <https://doi.org/10.9788/TP2013.2-16>
- Campos, A. A. (2016). A cultura do estupro como método perverso de controle nas sociedades patriarcais. *Revista Espaço Acadêmico*, 16(183), 1-13. Retrieved from: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/32937>
- Campos, C. H. D., Machado, L. Z., Nunes, J. K., & Silva, A. D. R. (2017). Cultura do estupro ou cultura antiestupro? *Revista Direito GV*, 13(3), 981-1006.
- Cantini, A. H., & Oliveira, S. B. (2018). Desconstruindo a concepção de direitos humanos e compreendo o sistema de proteção. *Missões: Revista de Ciências Humanas e Sociais*, 4(1), 106-119. Retrieved from <https://periodicos.unipampa.edu.br/index.php/Missoes/article/view/2744>.
- Castro, A., Koelzer, L. P., Camargo, B. V., & Bousfield, A. B. S. (2014). Representações sociais na internet sobre cotas para negros em universidades federais. *Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas*, 15(106), p. 202-220. doi: <https://doi.org/10.5007/1984-8951.2014v15n106p202>
- Cerqueira Lana, L. C., Corrêa, L. G., & Rosa, M. G. (2012). A cartilha da mulher adequada: ser piriguete e ser feminina no esquadrão da moda. *Revista Contracampo*, 1(24), 120-139. Retrieved from: <https://periodicos.uff.br/contracampo/article/view/17258>
- Datafolha. (2017). *Assédio sexual entre as mulheres*. Retrieved from: <http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2018/01/11/bfed1c72cc0eff5f76027203648546c5bbe9923c.pdf>
- Davis, A. (2016). *Mulheres, raça e classe*, trad. Heci Regina Candiani. São Paulo, SP: Boitempo.
- Gil, A. C. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social (6a ed.)*. São Paulo, SP: Editora Atlas AS.
- Gómez, J. M., & Freyd, J. J. (2017). Psychological outcomes of within-group sexual violence: Evidence of cultural betrayal. *Journal of Immigrant and Minority Health*, 20(6), 1458-1467. doi: <https://doi.org/10.1007/s10903-017-0687-0>
- Griffin, M. J., & Read, J. P. (2012). Prospective effects of method of coercion in sexual victimization across the first college year. *Journal of interpersonal violence*, 27(12), 2503-2524. doi: <https://doi.org/10.1177/0886260511433518>.
- Holanda, A. B. (2010). *Dicionário Aurélio da língua portuguesa*. Curitiba, PR: Positivo Editora.
- Hust, S. J., Rodgers, K. B., Ebreo, S., & Stefani, W. (2019). Rape myth acceptance, efficacy, and heterosexual scripts in men's magazines: factors associated within tentions to sexually

- coerce or intervene. *Journal of Interpersonal violence*, 34(8), 1703-1733. doi: <https://doi.org/10.1177/0886260516653752>
- Machado, L. Z. (2013). Masculinidade, sexualidade e estupro: as construções da virilidade. *Cadernos Pagu*, (11), 231-273. Retrieved from <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8634634>
- Maradei, A., & Santos, M. (2017). Violência contra as mulheres: o caso do estupro coletivo na esfera pública digital. *Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, 40(2), 143-168. doi: <https://doi.org/10.1590/1809-5844201729>
- Martins, A. D. N. S., & Rodrigues, J. F. A. (2016). Uma controvérsia atemporal entre “o sorriso da Monalisa” e o assédio moral. *Anais do CIDIL*, 1, 223-243. Retrieved from: <http://rdil.org.br/seer/index.php/anacidil/article/view/106>
- Martins, R., & Martins, G. C. (2011). Estupro: violência e sofrimento. *Revista Galego-Portuguesa de Psicoloxía e Educación*, 19(2), 169-181. Retrieved from: https://ruc.udc.es/dspace/bitstream/handle/2183/10452/RGP%2019_2%202011%20art%2012.pdf
- Massaro, L. T. D. S., Adesse, L., Laranjeira, R., Caetano, R., & Madruga, C. S. (2019). *Estupros no Brasil e relações com o consumo de álcool: estimativas baseadas em autorrelato sigiloso*. *Cadernos de Saúde Pública*, 35(2), 1-9. doi: <https://doi.org/10.1590/0102-311x00022118>
- Minayo, M. C. S. (2008). *O desafio do conhecimento. Pesquisa qualitativa em saúde* (11aed.). São Paulo, SP: Hucitec.
- Moscovici, S. (1981). On social representations. In J.P. Forgas (Ed.). *Social Cognition - Perspectives on Everyday understanding*. London, UK: Academic Press.
- Nunes, M. C. A., & Morais, N. A. (2016). Estupro e gravidez: relato de vivências de mulheres antes e após o desfecho da gestação. *Estudos de Psicologia (Natal)*, 21(4), 468-476. doi: <https://doi.org/10.5935/1678-4669.20160045>
- Oliveira, R. C., Lima, J. C. P., & Gomes, R. F. (2018). Machismo e discurso de ódio nas redes sociais: uma análise das “opiniões” sobre a violência sexual contra as mulheres. *Revista Feminismos*, 6(1), 67-77. Retrieved from <https://cienciasmedicasbiologicas.ufba.br/index.php/feminismos/article/view/30363>
- Peixoto, A. F., & Nobre, B. P. R. (2015). A responsabilização da mulher vítima de estupro. *Revista Transgressões*, 3(1), 227-239. Retrieved from: <https://incubadora.ufrn.br/transgressoes/article/view/7203>
- Ribeiro, M. M. R., Tavares, R., Melo, E. M. D., Bonolo, P. D. F., & Melo, V. H. (2018). Promoção de saúde, participação em ações coletivas e situação de violência entre usuários da atenção primária à saúde. *Saúde em Debate*, 42(4), 43-54. doi: <https://doi.org/10.1590/0103-11042018S403>
- Saffioti, H. I. (2001). Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. *Cadernos pagu*, (16), 115-136. doi: <https://doi.org/10.1590/S0104-83332001000100007>
- Saffioti, H. I. (2015). *Gênero patriarcado violência*. 2ed. São Paulo: Expressão Popular Fundação Perseu Abramo.

- Santos, M. M. H., & Alves, R. F. (2015). A cultura do estupro: Banalização e visibilidade de mudanças através dos tempos. *Ciência et Praxis*, 8(16), 51-56. Retrieved from <http://revista.uemg.br/index.php/praxys/article/view/2223>.
- Santos, S. A. (2015). Assédio sexual nos espaços públicos: reflexões históricas e feministas. *História, Histórias: Revista do Programa de Pós-graduação em História da UnB*, 3(6), 27-41. doi: <https://doi.org/10.26512/hh.v3i6.10907>.
- Scarpatti, A. S, Rosa, E. M., & Guerra, V. M. (2017). Representações sociais da violência sexual na produção científica nacional. *Psicologia Argumento*, 32(77), 9-18. Doi: <https://doi.org/10.7213/psicol.argum.32.077.DS01>
- Scott, J. (1995). *Gênero: categoria útil de análise. Educação & Realidade*, 20(2), 71-99. Retrieved from <http://www.seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/viewFile/71721/40667>
- Silva, N. R. F. (2013). Representações da culpabilização de mulheres vítimas de estupro: uma análise étnico-racial. In: Brasil. (2013). *9º Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero – Redações, artigos Científicos e Projetos Pedagógicos Premiados* (pp. 133-147). Brasília, DF: Presidência da República. Secretaria de Políticas para Mulheres. Retrieved from: http://estatico.cnpq.br/portal/premios/2014/ig/pdf/spm_9premio_web.pdf#page=134
- Snipes, D. J., Calton, J. M., Green, B. A., Perrin, P. B., & Benotsch, E. G. (2015). Rape and Post traumatic Stress Disorder (PTSD): Examining the mediating role of explicit sex–power beliefs for men versus women. *Journal of Interpersonal Violence*, 32(16), 2453–2470. doi: <https://doi.org/10.1177/0886260515592618>
- Sousa, R. F. D. (2017). Cultura do estupro: prática e incitação à violência sexual contra mulheres. *Revista Estudos Feministas*, 25(1), 9-29. doi: <https://doi.org/10.1590/1806-9584.2017v25n1p9>
- Swain, T. N. (2001). Feminismo e representações sociais: a invenção das mulheres nas revistas “femininas”. *História: Questões & Debates*, 34(1), 11-44, 2001. Retrieved from: <https://revistas.ufpr.br/historia/article/viewFile/2657/2194>
- Wilson, L. C., Newins, A. R., & White, S. W. (2017). The impact of rape acknowledgment on survivor outcomes: the moderating effects of rape myth acceptance. *Journal of Clinical Psychology*, 74(6), 926–939. doi: <https://doi.org/10.1002/jclp.22556>
- Worthen, M. G. F., & Wallace, S. A. (2018). “Why should i, the one who was raped, be forced to take training in what sexual assault is?” “sexual assault survivors” and those who know survivors’ responses to a campus sexual assault education program. *Journal of Interpersonal Violence*, 1-35. doi: <https://doi.org/10.1177/0886260518768571>
- Vala, J. (2013). Representações sociais e psicologia social do conhecimento cotidiano. In: Vala J., & Monteiro M.B. (Eds.), *Psicologia Social* (pp. 457-502). Lisboa, LX: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Zanello, V., & Gomes, T. (2010). Xingamentos masculinos: a falência da virilidade e da produtividade. *Caderno Espaço Feminino*, 23(1/2).
- Zanello, V. (2018). *Saúde mental, gênero e dispositivos: cultura e processos de subjetivação*. Curitiba, PR: Appris.